

Mercado de trabalho esboça mudanças qualitativas

*Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho**

1 - Introdução

Inquestionavelmente a temática do emprego ganhou a frente da cena pública brasileira no ano que passou. Os impasses quanto ao futuro do trabalho são, com certeza, uma das grandes preocupações do mundo industrializado; em nosso País, todavia, um numeroso elenco de graves problemas sociais intimamente correlacionados alterna-se na preferência transitória dos meios de comunicação. O ano de 1995 foi o do emprego. Sob esse ponto de vista, a análise que este artigo passa a realizar do comportamento do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul durante o ano que passou pode até frustrar expectativas compreensivelmente mais sombrias.

Nesse sentido, informe-se desde já que boa parte dos principais dados agregados sobre desemprego, ocupação e rendimentos do trabalho no Estado e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) indicaram alguma recuperação relativamente a 1994. Duas observações preliminares: a base de comparação estabelecida em 1994 facilita uma visão mais positiva do ano passado do que a que um recuo temporal um pouco maior poderia dar como perspectiva. Em segundo lugar, mesmo que sumária e indicativamente, o exercício que aqui se procura fazer é o de desagregar esses dados mais abrangentes, chegando-se a apontar, sobretudo a partir das possibilidades abertas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da RMPA, algumas tendências de transformação na estrutura do mercado de trabalho, no espaço regional pesquisado.

* Sociólogo, técnico do Núcleo de Emprego e Relações de Trabalho (NERT) da FEE.

O autor agradece aos colegas do NERT, à Estatística Marilene Bandeira e à Socióloga Míriam De Toni (ambas da PED-FEE) e ao estagiário Pedro Gabriel Wendler por diversas formas de apoio na execução deste texto.

Na próxima seção, destacam-se as mudanças na distribuição da população ocupada, tanto entre os setores de atividade quanto no que diz respeito à chamada posição na ocupação, em que ganham destaque a problemática da informalização e a da precarização do mercado de trabalho. A abertura das taxas de desemprego por tipo também permite qualificar seu movimento recente.

Na seção 3, evidencia-se o realinhamento no *ranking* dos rendimentos do trabalho em diferentes clivagens do universo de trabalhadores. Uma vez mais ficam sugeridas transformações qualitativas, as quais se procura sintetizar nas considerações finais.

2 - Ocupação: mais e piores postos de trabalho

O ano de 1995 levou consigo 1,31% dos empregos formais na economia gaúcha. Esse dado coloca o Estado em situação bem mais negativa, sob esse ponto de vista, do que a verificada no âmbito nacional. Para o Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho, chegou a haver uma variação positiva — mesmo que mínima (0,13%) — no estoque de empregos formais. Na Tabela 1, pode-se confirmar a informação já bastante assimilada de que a indústria de transformação liderou, tanto em números absolutos quanto em variação percentual, a retração: 14.184 postos de trabalho foram eliminados, ou 2,35% do estoque de empregos de que o setor dispunha na média do ano anterior. Num ano em que a indústria do Rio Grande do Sul teve um desempenho significativamente inferior ao da nacional, sob os efeitos de um plano de estabilização em pleno curso, que tem imposto diretrizes macroeconômicas bastante discutidas, e, para culminar, dentro de um contexto de horizonte temporal mais largo, em que uma reestruturação produtiva se processa internacionalmente, torna-se um exercício pouco promissor tentar ponderar a quais desses fatores creditar exatamente qual parcela da eliminação de empregos na indústria gaúcha. Há elementos, todavia, que reforçam o aspecto conjuntural desse fenômeno.

Em primeiro lugar, poder-se-iam destacar os efeitos setoriais negativos da estratégia de abertura do País à concorrência internacional (seja pelo ponto de vista do câmbio, seja pelo das tarifas). No caso do RS, o gênero industrial vestuário, calçados e artefatos de tecidos, por exemplo, um dos mais aludidos quando se apontam os *handicaps* do País diante da maior exposição aos competidores estrangeiros, responde por aproximadamente 30% do emprego

formal no Setor Secundário. No ano que passou, 7.468 postos de trabalho foram eliminados nas empresas gaúchas desse gênero, o que representa mais da metade da perda agregada na indústria de transformação do RS.

Em segundo lugar, há fatores específicos da conjuntura econômica e da estrutura produtiva gaúcha que precisam ser considerados, já que o emprego industrial teve no Estado um comportamento expressivamente mais negativo do que no agregado do País — neste, a retração foi quase desprezível: apenas 0,16% na comparação das médias anuais de 1994 e 1995, segundo dados do Ministério do Trabalho. Assim, ao lado da abertura comercial, que incide sobre o desempenho de produtores industriais de todo o Brasil, devem-se realçar a grande interligação que a atividade industrial no Rio Grande do Sul apresenta com o setor agrícola e a problemática performance deste último no ano que passou, quando uma safra recorde conviveu com estrangulamentos do ponto de vista da receita e do financiamento — conforme destaca a seção de acompanhamento conjuntural da agricultura nesta mesma edição.

De acordo com os dados da Tabela 1, o comércio foi, no Estado, o setor de atividade onde se verificou o segundo percentual mais elevado de retração no efetivo, relativamente ao ano de 1994: uma queda de 1,54%. O setor serviços — que, mesmo considerados apenas os empregos formais, é aquele com maior contingente de trabalhadores no Rio Grande do Sul — manteve praticamente inalterado o número de postos de trabalho. O melhor desempenho foi o da construção civil, no qual a expansão de 2,44% representou um acréscimo de 1,3 mil postos de trabalho.

Se recuarmos o parâmetro da comparação para 1993, mais uma vez a indústria puxa o carro da redução do emprego. O segundo colocado, dessa vez, é a administração pública, onde a eliminação de postos de trabalho atinge 2,26%. Novamente o setor que ostenta comportamento mais positivo quanto à variável em análise é a construção civil, mas o ganho fica mais discreto. Em todos os setores analisados, esse intervalo de dois anos marca perdas mais acentuadas ou ganhos mais discretos do que a variação de 1994 para 1995 (Tabela 1). O que se quer salientar é que a retração nas oportunidades de emprego formal no Estado verificada no ano que passou vem integrar uma série, apurada pelo Ministério do Trabalho, que mostra clara tendência regressiva. Considerando-se as médias anuais do estoque de empregos formais na economia gaúcha desde 1991, 1993 foi o único ano em que se aferiu variação positiva sobre o ano anterior — de apenas 0,77%.

Em 1995, tinham-se perdido, no setor formal, 2,68% dos postos de trabalho de que o Estado dispunha em 1991.

Esse fenômeno não tem na taxa de desemprego uma contrapartida direta. Em verdade, é a informalização do mercado de trabalho que aparece como uma das faces mais relevantes de um processo de mudança qualitativa, que se poderia sintetizar na idéia, já bastante familiar, de precarização. Para evidenciar o seu avanço, os dados do Ministério do Trabalho não são apropriados, já que dão conta apenas do emprego formal. A série da PED, dada a metodologia que a embasa, fornece uma gama de elementos que permitem refinar a visão do comportamento do mercado de trabalho no ano de 1995 e identificar suas principais tendências. Sua limitação, todavia, é o fato de que se restringe à Região Metropolitana de Porto Alegre, tornando-se, portanto, meramente indicativa da realidade sul-rio-grandense.

Na média dos dados mensais de 1995, para uma população estimada em 3,3 milhões de habitantes, a RMPA registrou um contingente de 1.487 mil pessoas integrando a População Economicamente Ativa (PEA) — um crescimento de 3,4% sobre o ano anterior¹. A taxa de participação (PEA/PIA) cresceu, no período, 1,3% (Inf. PED, 1995, p.7).

Na Tabela 2, observa-se que as taxas de desemprego estiveram, de forma geral, mais baixas no ano de 1995 do que no ano anterior. Todavia, e tem-se aqui outra importante mudança qualitativa a destacar, a composição da taxa de desemprego por tipo² passou por uma transformação bastante acentuada. Com exceção do primeiro trimestre, em todos os demais meses do ano de 1995

¹ É ocioso dizer que a redução do número absoluto de empregos formais acima destacada é agravada pelo crescimento da População em Idade Ativa (PIA) e da PEA.

² A PED assim define os tipos de desemprego pesquisados:

“- **Desemprego aberto**: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

- **Desemprego oculto pelo trabalho precário**: compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício.

- **Desemprego oculto pelo desalento e outros**: pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.” (Inf. PED, 1995, p.28).

o índice da taxa de desemprego **aberto** situou-se acima da base da série (média de 1993 = 100). Já o desemprego oculto — em especial o desemprego oculto pelo trabalho precário — oscilou em patamares muito mais baixos. Nas médias anuais, a taxa de desemprego total recuou em 5,3%, a do desemprego oculto caiu 21,2%, e o desemprego aberto, por sua vez, apresentou crescimento de 1,3% (Inf. PED, 1995, p.7). Como se pode observar na Tabela 2, o índice da taxa de desemprego aberto cresceu de forma praticamente contínua entre fevereiro e outubro de 1995, apresentando algum recuo mais expressivo apenas no mês de dezembro, tipicamente um período de aquecimento da atividade econômica, com destaque para as contratações do comércio. Mesmo que o total de desempregados tenha diminuído no ano, constata-se que o conjunto de trabalhadores que vive a mais drástica dentre as formas de exclusão do mercado de trabalho — a situação de desemprego aberto — não apenas ganhou maior peso relativo, mas registrou aumento em termos absolutos.

Na RMPA, o comércio foi o setor de atividade cujo número de ocupados teve, no agregado do ano de 1995, a maior expansão relativamente a 1994, num virtual empate com o setor de construção civil (11,9 e 11,8% respectivamente). O setor serviços — com frequência visto como depositário por excelência dos contingentes expulsos de setores como a indústria de transformação — mostrou uma expansão de apenas 3,1% — inferior, portanto, ao crescimento agregado da ocupação, que ficou em 4%. A expulsão da força de trabalho do setor industrial mostra-se, na pesquisa da PED — vale dizer, na RMPA, incluídos o emprego formal e o informal —, bastante superior à levantada pelo Ministério do Trabalho para o conjunto do Rio Grande do Sul, considerados apenas os postos de trabalho formalmente ocupados. O percentual de retração, dessa vez, chegou a 3,3%, o que se estima como equivalente ao fechamento de 10 mil postos de trabalho. Dois setores inquestionavelmente caracterizados pela precariedade incorporam, cada um, um número bastante próximo ao de trabalhadores descartados pela indústria, ambos com crescimento de nove mil pessoas no total de ocupados: construção civil e serviços domésticos. A ocupação neste último deteve o terceiro maior crescimento percentual no ano de 1995, atingindo 10,6% (Inf. PED, 1995, p.7).

Na Tabela 3, os índices do nível de ocupação por setor de atividade permitem visualizar o processo de evolução da distribuição setorial da ocupação na RMPA. A indústria de transformação foi o único setor que atravessou o ano de 1995 com um patamar de ocupação persistentemente abaixo do seu nível de 1993, referência do índice. A queda demonstra-se, ademais, bastante clara como tendência. Os

índices mais elevados apresentam-se nos serviços domésticos, uma constatação que dispensa considerações sobre a qualidade do emprego que se está gerando.

Outra forma de cercar a questão do perfil do mercado de trabalho em sua dimensão qualitativa é verificar como se comportaram, no ano de 1995, os diversos grupamentos de trabalhadores segundo sua posição na ocupação (Tabela 4). Bastante impressionantes são os 11 mil postos de trabalho eliminados no setor público — um número que excede as 10 mil vagas fechadas na indústria da RMPA, mas que, comparativamente, muito menos destaque tem recebido neste momento em que o emprego se torna a questão nacional mais candente.³ De qualquer forma, o que é mais marcante nesses dados é a pronunciada ascensão nos contingentes de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos e empregados domésticos, grupos classicamente associados ao trabalho precário. O primeiro deles, no ano que passou, teve o maior crescimento percentual dentre todos os enquadramentos segundo a posição na ocupação, 12,2%.⁴ Nada menos do que 8,3% dos ocupados na RMPA se compunham, em 1995, de assalariados a descoberto no que diz respeito à institucionalidade das relações de trabalho no País.

Uma das tentativas de mensuração da precariedade do mercado de trabalho (Econ., Cap. Trab., 1995) consiste em considerar como índice para essa realidade o percentual de participação, na PEA, da soma de desempregados, de assalariados sem carteira assinada e de autônomos. Ao se tomarem os dados da PED-RMPA relativos a 1995 para estabelecer essa razão, chega-se a nada menos do que 32,95% de trabalhadores na condição de precariedade — um aumento de 2,13% sobre o índice de

³ Evidentemente, os fundamentos e as implicações do encolhimento da ocupação nesses dois setores são de natureza bastante distinta — econômica, social e política. Não menos óbvio seria dizer que foge aos propósitos deste texto tecer considerações sobre as transformações que se verificam na gestão do Estado, em todas as suas órbitas, no Brasil. Mas vale lembrar que se trata, na RMPA, de 13,7% dos ocupados.

⁴ A título de ilustração: na Região Metropolitana de São Paulo, em dezembro de 1995, não se registrava alteração no índice do nível de ocupação de assalariados sem carteira assinada relativamente ao mesmo mês de 1994. Todavia, a sugerir como tendência nacional o crescimento relativo dessa posição na ocupação, tem-se que, entre dezembro de 1993 e dezembro de 1994, esse índice havia subido 20,9% (Pesq. Empr. Desemp., 1995, p.B5).

1994. Nesse contexto, é compreensível o incômodo que geram iniciativas destinadas a oficializar relações de trabalho mais precárias, apresentadas como mais “flexíveis”, conforme se presencia atualmente no debate que cerca a institucionalização de contratos temporários de trabalho acompanhados de diversas modalidades de renúncia a direitos trabalhistas ou à contribuição a fundos públicos de destinação social. A sua sustentação ataca fortemente os chamados “encargos trabalhistas” e procura legitimar-se evocando as inescapáveis tendências internacionais. A comparação entre a estrutura do mercado de trabalho brasileiro e a de países tomados como referência não encontra espaço, bem como o cotejo do custo do trabalho. Dessa forma, como a seguir se avalia a evolução dos rendimentos do trabalho no ano que passou, lembre-se, a partir de Tavares (1996), que “(...) o custo por hora trabalhada no Brasil é um dos mais baixos do mundo — US\$ 2,5 incluindo os pagamentos e encargos tributários, enquanto na Coreia alcança quase US\$ 5,0, na Itália é superior a US\$ 19,0 e nos Estados Unidos e Japão situa-se em torno a US\$ 16,0”.

3 - Rendimentos do trabalho: recuperação desigual desconcentra renda

No ano de 1995, de forma geral, os rendimentos do trabalho tiveram elevação na RMPA. O modo como essa recuperação se distribuiu entre as diversas categorias e grupos e o impacto que ela teve na reversão de perdas recentes são elementos que afirmam, uma vez mais, mudanças de tendência que merecem registro.

Conforme se pode observar na Tabela 5, até o mês de outubro de 1994 os assalariados superavam sistematicamente os ocupados no valor do rendimento médio real. Esse diferencial fora registrado, mês após mês, desde o início da série da PED-RMPA, em meados de 1992, o que permite caracterizar o momento em que os ocupados passaram a ostentar rendimentos médios superiores aos dos assalariados como uma reversão de comportamento, a qual, ocorrida ao final de 1994, atravessou todo o ano passado sem manifestar sinais de arrefecimento.

O comportamento do **valor** do rendimento mediano, por sua vez, não repete a referida inversão, embora os seus **índices** para o grupo dos ocupados

tenham estado, no ano de 1995, bastante acima dos verificados no grupo dos assalariados. Isso está relacionado à maior dispersão verificada nos rendimentos auferidos no primeiro grupo, cuja heterogeneidade é bastante elevada.

Cálculos da equipe da PED da FEE⁵ dão conta de que, para os ocupados não assalariados na RMPA, o rendimento médio no trabalho principal si tuou-se, na média de 1995, em R\$ 464,00⁶ estando 8,7% acima de seu patamar em 1994, quando atingia R\$ 427,00. Se o recuo temporal é para 1993, continua a haver ganho, mas ele se torna menos expressivo: 4,2%. Dois subgrupos dos ocupados ostentam uma expansão de seus rendimentos médios excepcionalmente elevada diante das demais categorias de trabalhadores: autônomos e empregadores agregaram mais de 21% às suas médias do ano anterior.

Com os assalariados, a situação é diversa. Também aqui se verifica elevação real no rendimento médio, na comparação de 1995 com 1994 (o valor passou de R\$ 432,00 para R\$ 453,00, ou, em termos percentuais, cresceu 4,9%), mas o desempenho dos salários no ano que passou não foi suficiente para trazer ganho frente a 1993 — vale dizer, a variação positiva relativamente a 1994 sequer restituiu plenamente as perdas sofridas pelo grupamento de trabalhadores no ano da implantação da URV e do real: mesmo desprezível, havia ainda uma diferença de R\$ 2,00 (menos de 0,5%) entre as médias de 1995 e 1993.

Os dados da Tabela 6 permitem constatar que os índices de todos os grupos de assalariados, segundo o setor de atividade econômica, tiveram variações positivas frente ao ano anterior. A forma diferenciada como foram aquinhoados esses diferentes conjuntos de trabalhadores na recuperação de rendimentos verificada em 1995 voltou a evidenciar-se.

⁵ Os dados anuais aqui citados, calculados pela equipe da PED, não são exatamente iguais àqueles a que se chega efetuando a média aritmética dos valores nominais mensais lançados nas tabelas reproduzidas neste artigo, devido ao fato de que, enquanto estes últimos são médias que incorporam além do mês de referência os dois meses anteriores, para o cálculo do valor médio **anual** esse procedimento de médias trimestrais não é realizado.

⁶ Todas as médias anuais de rendimentos médios a que se fará referência estão expressas em reais de dezembro de 1995.

Entre os diversos conjuntos de assalariados, a recuperação mais discreta é a que obtêm os trabalhadores do setor público, a qual fica em 2,4%.⁷ Este ainda é o setor em que os assalariados, na média, ostentam rendimentos nominais mais elevados (Inf. PED, 1995, p.19), mas essa vantagem se contraiu.⁸ Relativamente a 1993, a perda sofrida fica em 3,4%, quando, conforme foi visto acima, para o conjunto dos assalariados há um virtual empate nos rendimentos médios de 1993 e 1995. No que tange aos trabalhadores do setor privado, clivados pelos principais setores de atividade, têm-se ganhos mais significativos no que se refere a 1994, mas com uma dispersão razoável: em primeiro lugar, os assalariados do comércio apresentaram um ganho de 10,4%; a seguir, nos serviços, tem-se uma variação positiva de 8,9%, ficando a indústria na traseira, com uma elevação de 4,5%. Neste último setor de atividade, novamente os cálculos da equipe da PED da FEE permitem estabelecer que houve perda no dado anual médio de 1995 relativamente ao de 1993: os salários médios da indústria, nesse intervalo, perderam 2,5%.⁹ Tanto comércio quanto serviços apresentaram, inversamente, elevação do rendimento médio dos assalariados no mesmo período.

Uma outra mudança qualitativa importante está associada ao contingente de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada. Conforme foi assinalado acima, essa parcela da força de trabalho tem um crescimento extremamente importante na RMPA. O patamar de seus rendimentos, relativamente ao dos trabalhadores com registro formal, serve para estabelecer hipóteses sobre a racionalidade que leva os agentes econômicos a contratarem relações de trabalho à margem da estrutura oficial que as regulamenta.

⁷ As médias anuais com que aqui se trabalha são uma vez mais cálculos da equipe da PED-FEE. Ver advertência da nota de rodapé 5.

⁸ Em Vergara e Wiltgen (1995), encontra-se uma análise dos diferenciais de salários entre o setor público e o privado, tendo por base dos dados empíricos a série da PED-RMPA. Diferenças no perfil dos trabalhadores em cada um desses setores foram tomadas como parâmetro para uma hipótese explicativa. Assim, uma maior concentração dos trabalhadores com grau de escolaridade mais elevados e com mais tempo de serviço, entre outros elementos, aparece associada ao rendimento mais elevado no setor público.

⁹ Apenas como referência, vale lembrar que o NERT estimou, com base em dados do Ministério do Trabalho, do IBGE e da FIERGS, um crescimento acumulado de 56,7% na produtividade da indústria de transformação gaúcha entre 1991 e 1994 (Carta Conj. FEE, 1995).

Em edição anterior (XAVIER SOBRINHO, 1995), esta seção de acompanhamento conjuntural fazia referência ao debate sobre os efeitos que o valor do salário mínimo poderia ter sobre a formalização ou informalização dos vínculos contratuais no mercado de trabalho. A hipótese de que a preferência por não assinar carteira seria localizada em segmentos da força de trabalho assalariada com rendimentos inferiores a dois salários mínimos (na medida em que, incluídos os encargos, esse seria aproximadamente o menor dispêndio possível para contratar formalmente um trabalhador) não encontrava correspondência nos estudos empíricos sobre o tema. Restava a interpretação de que os baixos custos de sonegação compensavam para o empregador os riscos e as perdas de produtividade associados à informalização. Para o trabalhador, a possibilidade de dispor de um valor nominal mais elevado de remuneração, mesmo abrindo mão de garantias trabalhistas, pareceria vantajoso a curto prazo.

Tais ponderações parecem bastante consistentes com o que se observa na Tabela 6. Salta aos olhos a disparidade dos índices de rendimento dos trabalhadores sem carteira assinada comparativamente aos que possuem registro formal de seu vínculo de trabalho. Desde março de 1994, o índice do salário médio real dos primeiros encontra-se em níveis crescentemente superiores aos dos segundos. A evolução das médias anuais calculadas pela equipe da PED é bastante impressionante: no ano de 1995, o rendimento dos trabalhadores sem carteira cresceu 29% relativamente ao ano anterior, contra 6% dos trabalhadores com carteira. Na comparação com 1993, aumenta a disparidade: as variações foram de 35,6% e 0,25% respectivamente. Nesse ano, os trabalhadores assalariados com carteira assinada ganhavam em média 1,7 vez o que auferiam os sem carteira. Em 1995, essa razão cai para 1,26.¹⁰

Com as informações disponíveis, fica difícil ponderar o peso de dois fatores causais que, dedutivamente, podem estar associados a esse fenômeno: de um lado, a passagem de trabalhadores de salários mais elevados de uma situação formal para uma de informalidade; de outro, ganhos

¹⁰ Tomando-se uma vez mais a referência da Região Metropolitana de São Paulo, constata-se tendência homóloga e ainda mais pronunciada: tem-se uma queda de 2,5 para 1,7 na razão entre rendimentos médios de assalariados com e sem carteira assinada, comparando-se os dados de novembro de 1993 com os de novembro de 1995 (Pesq. Empr. Desemp., 1995, p. B12).

efetivamente auferidos internamente a cada um desses segmentos dos assalariados. De qualquer forma, uma evidência importante é que um grupo de inserção tipicamente precária consegue reduzir o diferencial de rendimentos que pesava contra ele. Analogamente, os dados da PED-RMPA permitem demonstrar um processo de desconcentração dos rendimentos do trabalho, quer entre os ocupados, quer entre os assalariados, no ano de 1995, como se pode observar na Tabela 7.

Para ambos os conjuntos de trabalhadores, as médias dos índices de rendimento por grupo mostram-se em ordem de grandeza inversa à dos próprios rendimentos — vale dizer, a elevação foi tanto maior quanto mais baixo o patamar das remunerações. Consoante com o que acima foi destacado, a recuperação foi maior entre os ocupados, de forma geral, do que entre os assalariados. A média do quartil de rendimentos mais baixos dos ocupados subiu nada menos do que 19,7%, enquanto o quartil de rendimentos mais elevados dos assalariados apresentou uma variação de apenas 0,8%.

Trata-se, inequivocamente, de um movimento de desconcentração nos rendimentos do trabalho, fenômeno por si mesmo alvissareiro. Merece atenção, entretanto, o fato de que ele se afirma beneficiando — e, de certa forma, consagrando — formas de inserção no mercado de trabalho que tendem a eclipsar a clássica figura do trabalhador como assalariado com registro formal de seu contrato de trabalho. Os indivíduos que se encontram nessa condição, diga-se de passagem, foram os que menos capacidade tiveram de melhorar relativamente sua condição no ano de 1995. A ausência de parâmetros oficiais de política salarial, com a extinção do IPC-r em julho do ano passado, e a consagração da livre negociação mostram seus efeitos. Ao contrário, autônomos e assalariados sem carteira estão entre os que maiores conquistas obtiveram em seus rendimentos. Parece lícito supor que o crescimento relativo destes últimos segmentos da PEA seja, assim, reforçado pela atratividade das remunerações, o que pode aprofundar tendências de redefinição estrutural de nosso mercado de trabalho.

4 - Considerações finais

Nas duas seções anteriores deste texto, destacam-se, num primeiro nível de abordagem, as seguintes constatações: no ano de 1995, o número de empregos formais no Rio Grande do Sul apresentou um recuo de 1,31%; a

ocupação na RMPA cresceu 4%, com uma queda de 5,3% na taxa de desemprego total; na região, igualmente, os rendimentos do trabalho, nas mais diversas categorias, apresentaram recuperação relativamente ao ano anterior.

Sem desmerecer a centralidade dessas informações, que indicam — notadamente no que se refere aos dados da PED-RMPA — um comportamento mais favorável dos principais indicadores do mercado de trabalho, procurou-se evidenciar uma segunda ordem de fenômenos que se manifestaram nessa órbita durante o ano que passou, e cujas implicações precisam ser acompanhadas. Tem-se, em primeiro lugar, o crescimento em números absolutos do desemprego aberto, o qual ganhou peso ainda maior sobre os outros tipos de desemprego — sobretudo o desemprego oculto pelo trabalho precário, situação que, mesmo paliativamente, amortece os impactos da exclusão do mercado de trabalho.

Em seguida, tem-se uma expansão relativamente mais discreta ou mesmo uma retração em termos absolutos — de qualquer forma, uma perda de participação relativa — nas parcelas da PEA ocupadas em segmentos como a indústria de transformação e a administração pública, setores em que os vínculos contratuais tendem a ser mais formalizados e onde tende a ser mais efetiva a atuação de organizações associativas dos trabalhadores; reversamente, ganham corpo os contingentes ocupados em serviços domésticos e construção civil e o grupo dos autônomos,

No que tange aos rendimentos, a perda de posição dos assalariados para os demais ocupados mostra-se firme e persistente. A indústria, ressalvada a má performance que tenha tido no Estado, em 1995, mostrou-se renitente em transferir aos salários os importantes ganhos de produtividade conquistados nesta década. Quando se somam a isso os surpreendentes indicadores relativos aos trabalhadores assalariados sem carteira assinada — a expansão desse contingente em mais de 12% em um ano e a tendência a que essa condição passe a abarcar trabalhadores com padrões mais elevados de rendimento —, parecem esboçadas algumas importantes mudanças qualitativas em nosso mercado de trabalho.

Uma força de trabalho mais atomizada e mais desguarnecida — seja das possibilidades associativas, seja da cobertura institucional e legal, seja de uma vinculação mais estável com os setores efetivamente dinâmicos da economia — pode bem ser um dos horizontes sugeridos pelos movimentos detectados no comportamento recente dos indicadores do mercado de trabalho. A expansão dos rendimentos dos autônomos, para se dar um exemplo, menos do que sugerir que

tal condição seja a garantia de um melhor padrão de vida do que o trabalho assalariado proporcionaria, está muito possivelmente associada à prerrogativa de que esse grupo pode fixar seus preços, num ponto preciso do tempo em que a supressão do imposto inflacionário permitiu a representativos segmentos da população uma elevação, de certa forma repentina, em seu padrão aquisitivo. A sustentabilidade de uma tal “vantagem” — excetuando-se a hipótese perversa de que os assalariados continuem a ser comprimidos em suas remunerações — é bastante questionável, e, de resto, a “autonomização” da força de trabalho não tem elasticidade ilimitada.

Dito de outra maneira, o mercado de trabalho da RMPA ostenta um elevado grau de precariedade: conforme foi visto acima, um “índice” possível seria de praticamente um terço da PEA nessa condição. A intervenção em uma realidade como essa, do ponto de vista de políticas públicas, dificilmente pode consagrar e institucionalizar práticas marcadas pela ostensiva indiferença aos ditames legais ou a irrefletida desativação dos já precários e restritos mecanismos públicos que procuram resguardar o trabalho em um contexto de tantas incertezas.

Tabela 1

Médias anuais do estoque de empregos formais, total e por setores de atividade selecionados, no RS — 1993-95

DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995	$\Delta\%$	$\Delta\%$
				$\frac{1994}{1995}$	$\frac{1995}{1993}$
Indústria de transformação	606 361	603 454	589 270	-2,35	-2,81
Administração pública	136 776	134 775	133 673	-0,81	-2,26
Serviços	637 844	639 588	639 180	-0,06	0,21
Comércio	363 022	362 188	356 617	-1,54	-1,76
Construção civil	57 025	56 410	57 787	2,44	1,34
Todos os níveis setoriais	1 884 841	1 878 919	1 854 237	-1,31	-1,62

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério do Trabalho. Lei nº 4.923/65.

Tabela 2

Índice mensal da taxa de desemprego, por tipo de desemprego, na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan./94-dez./95

ANOS E MESES	TOTAL	ABERTO	OCULTO		
			Total	Precário	Desalento
1994					
Jan.	81,1	87,7	71,4	72,2	75,0
Fev.	85,2	91,8	75,5	77,8	75,0
Mar.	89,3	101,4	71,4	72,2	75,0
Abr.	95,9	117,8	63,3	61,1	75,0
Mai	100,0	124,7	63,3	58,3	83,3
Jun.	103,3	126,0	69,4	63,9	91,7
Jul.	105,7	124,7	77,6	75,0	91,7
Ago.	100,0	116,4	75,5	75,0	83,3
Set.	91,0	109,6	63,3	61,1	75,0
Out.	88,5	104,1	65,3	61,1	83,3
Nov.	90,2	106,8	65,3	58,3	91,7
Dez.	85,2	98,6	65,3	63,9	75,0
1995					
Jan.	79,5	93,2	59,2	52,8	83,3
Fev.	74,6	89,0	53,1	50,0	66,7
Mar.	79,5	98,6	51,0	41,7	83,3
Abr.	80,3	104,1	44,9	41,7	58,3
Mai	81,1	104,1	46,9	41,7	66,7
Jun.	82,8	105,5	49,0	47,2	58,3
Jul.	87,7	108,2	57,1	58,3	58,3
Ago.	93,4	113,7	63,3	63,9	66,7
Set.	100,0	126,0	61,2	61,1	66,7
Out.	102,5	128,8	63,3	63,9	66,7
Nov.	100,0	127,4	59,2	61,1	58,3
Dez.	89,3	113,7	53,1	55,6	50,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Média de 1993 = 100.

Tabela 3

Índice do nível de ocupação, por setor de atividade econômica,
na RMPA — jan./94-dez./95

ANOS E MESES	TOTAL	INDÚSTRIA DE TRANS- FORMAÇÃO	COMÉR- CIO	SERVIÇOS	CONSTRU- ÇÃO CIVIL	SERVIÇOS DOMÉSTICOS
1994						
Jan.	100,4	101,6	100,0	98,2	109,3	103,9
Fev.	99,8	101,9	97,6	97,7	109,3	103,9
Mar.	98,9	100,6	95,6	98,2	100,0	103,9
Abr.	99,3	96,1	95,1	102,3	101,3	98,7
Mai	98,6	91,9	97,1	101,8	101,3	102,6
Jun.	98,6	91,2	100,5	100,8	106,7	100,0
Jul.	98,4	95,5	102,4	97,1	100,0	110,4
Ago.	99,6	100,3	100,0	98,8	96,0	107,8
Set.	101,3	101,9	99,0	100,0	94,7	122,1
Out.	102,3	97,7	98,5	104,9	97,3	116,9
Nov.	103,0	97,7	98,1	106,0	100,0	119,5
Dez.	103,9	98,4	98,1	107,4	104,0	118,2
1995						
Jan.	103,9	99,4	102,4	106,0	101,3	114,3
Fev.	105,5	97,4	108,7	106,7	110,7	115,6
Mar.	105,2	95,1	109,7	107,4	112,0	107,8
Abr.	105,9	96,1	107,8	105,5	120,0	124,7
Mai	105,8	96,4	108,7	106,0	112,0	123,4
Jun.	106,0	96,4	109,2	104,4	117,3	133,8
Jul.	104,9	95,8	110,7	105,2	102,7	122,1
Ago.	104,0	94,2	110,7	103,9	102,7	126,0
Set.	103,5	95,1	108,3	104,2	105,3	118,2
Out.	104,5	94,5	109,2	105,0	110,7	124,7
Nov.	104,7	93,8	109,7	105,7	117,3	119,5
Dez.	104,8	92,5	112,6	104,2	118,7	127,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Base: média de 1993 = 100.

Tabela 4

Estimativa e distribuição percentual do número de ocupados,
por posição na ocupação, na RMPA — 1994-95

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1994		1995		$\Delta\%$ 1994 1995
	Estimativa em 1000 Pessoas	Distribuição %	Estimativa em 1000 Pessoas	Distribuição %	
Total	1 276	100,0	1 327	100,0	4,0
Assalariados (1)	871	68,3	894	67,4	2,6
Setor público (2)	193	15,1	182	13,7	-5,7
Setor privado	678	53,1	712	53,7	5,0
Com carteira assinada	580	45,5	602	45,4	3,8
Sem carteira assinada	98	7,7	110	8,3	12,1
Autônomos	204	16,0	220	16,6	7,8
Empregados domésticos	85	6,7	94	7,1	10,6
Outros (3)	116	9,1	119	9,0	2,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Exclui empregados domésticos. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Tabela 5

Rendimentos médio e mediano reais dos ocupados no trabalho principal, na RMPA — jan./94-dez./95

ANOS E MESES	OCUPADOS (1)			
	Rendimento Médio Real		Rendimento Médio Real	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
1994				
Jan.	458	102,8	286	102,0
Fev.	450	101,1	272	97,1
Mar.	448	100,7	278	99,1
Abr.	435	97,6	270	96,2
Mai	429	96,4	272	97,1
Jun.	408	91,6	254	90,6
Jul.	389	87,2	243	86,7
Ago.	378	84,8	238	84,7
Set.	399	89,6	247	88,1
Out.	425	95,7	260	92,8
Nov.	445	100,0	263	93,8
Dez.	451	101,1	277	98,7
1995				
Jan.	449	100,8	281	100,0
Fev.	447	100,3	289	103,0
Mar.	443	99,5	284	101,3
Abr.	446	100,0	287	102,0
Mai	454	102,0	288	102,8
Jun.	460	103,4	301	107,0
Jul.	473	106,3	312	111,1
Ago.	476	106,9	322	114,7
Set.	485	108,9	318	113,5
Out.	484	108,8	314	111,8
Nov.	478	107,3	310	110,9
Dez. (5)	468	105,2	305	108,9

(continua)

Tabela 5

Rendimentos médio e mediano reais dos assalariados
no trabalho principal, na RMPA — jan./94-dez./95

ANOS E MESES	ASSALARIADOS (2)			
	Rendimento Médio Real		Rendimento Mediano Real	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
1994				
Jan.	465	102,1	299	100,6
Fev.	467	102,5	290	97,6
Mar.	466	102,4	297	99,8
Abr.	451	99,1	282	94,9
Mai	442	97,1	285	95,7
Jun.	424	93,0	269	90,3
Jul.	401	88,0	261	87,9
Ago.	386	84,8	254	85,1
Set.	402	88,4	257	86,6
Out.	425	93,6	270	90,6
Nov.	437	95,9	274	92,1
Dez.	438	96,0	285	95,9
1995				
Jan.	433	95,0	285	96,0
Fev.	434	95,3	293	98,4
Mar.	426	93,5	289	97,2
Abr.	428	94,0	297	100,4
Mai	438	96,1	302	101,9
Jun.	453	99,5	313	105,5
Jul.	471	103,3	320	107,6
Ago.	471	103,5	322	107,8
Set.	478	105,1	318	107,1
Out.	472	103,9	314	105,2
Nov.	463	101,8	310	104,5
Dez. (5)	456	100,2	307	103,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de dez./95. (4) Base: média de 1993 = 100. (5) Dado preliminar.

Tabela 6

Índice do salário médio real no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica, na RMPA — jan./94-dez./95

ANOS E MESES	TOTAL (1)	ASSALARIADOS NO SETOR PRIVADO					ASSALA- RIADOS NO SETOR PÚBLICO (2)	
		Total	Setor de Atividade			Carteira de Trabalho		
			Indús- tria	Comér- cio	Servi- ços	Com		Sem
1994								
Jan.	102,1	104,2	104,7	100,8	104,7	104,6	102,3	100,9
Fev.	102,5	103,2	102,4	102,3	103,6	103,8	100,1	102,7
Mar.	102,4	101,3	99,8	97,1	103,6	101,0	105,0	103,6
Abr.	99,1	99,4	96,5	96,5	103,7	99,1	108,1	98,3
Mai	97,1	97,1	93,8	100,3	99,4	96,2	112,5	96,5
Jun.	93,0	92,3	90,0	95,0	94,8	92,4	97,8	96,0
Jul.	88,0	86,6	86,8	87,3	85,5	86,0	94,4	92,0
Ago.	84,8	86,1	85,7	80,7	86,4	85,9	91,3	84,0
Set.	88,4	90,7	90,1	86,3	89,9	90,2	101,1	83,3
Out.	93,6	94,1	92,5	93,1	95,2	93,5	106,3	88,5
Nov.	95,9	95,2	92,0	94,9	98,4	94,2	108,8	93,8
Dez.	96,0	96,2	93,3	100,0	97,2	94,9	115,8	94,3
1995								
Jan.	95,0	97,5	97,0	100,7	96,6	96,2	118,1	92,3
Fev.	95,3	97,8	97,9	105,8	94,3	95,3	127,9	93,7
Mar.	93,5	95,7	94,4	101,3	92,2	93,7	122,2	92,6
Abr.	94,0	95,8	92,0	101,6	94,2	93,8	125,8	92,6
Mai	96,1	100,6	92,8	100,6	104,2	98,1	130,8	89,8
Jun.	99,5	104,2	96,5	102,1	110,2	101,3	137,3	91,8
Jul.	103,3	107,8	100,3	103,2	114,9	104,5	144,8	96,3
Ago.	103,5	105,2	101,1	104,9	108,6	102,3	141,9	102,7
Set.	105,1	106,0	100,5	108,6	109,8	102,8	145,2	105,8
Out.	103,9	106,7	103,3	111,6	106,8	103,8	142,7	101,8
Nov.	101,8	106,1	101,3	107,2	108,3	103,2	140,9	98,4
Dez. (3)	100,2	104,9	99,0	105,5	108,1	102,7	136,4	96,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: 1. Inflator utilizado: IPC-IEPE.

2. Base: média de 1993 = 100.

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Dado preliminar.

Tabela 7

Médias anuais dos índices de rendimento dos ocupados e dos assalariados,
por grupos de trabalhadores, na RMPA — 1994-94

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995 (1)	Δ %
Ocupados			
Grupo 1 (2)	93,0	111,3	19,7
Grupo 2 (3)	92,4	106,7	15,5
Grupo 3 (4)	94,7	106,1	12,0
Grupo 4 (5)	97,1	102,3	5,4
Assalariados			
Grupo 1 (2)	92,1	105,7	14,8
Grupo 2 (3)	92,9	104,2	12,2
Grupo 3 (4)	95,9	103,3	7,7
Grupo 4 (5)	95,4	96,2	0,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA.

NOTA: Média de 1993 = 100.

(1) O dado de dezembro de 1995 e, por conseqüência, também a média anual são preliminares. (2) Corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais baixos. (3) Corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano. (4) Corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano. (5) Corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

Bibliografia

- CARTA DE CONJUNTURA FEE (1995). Porto Alegre, set.
- ECONOMIA, CAPITAL E TRABALHO (1995). Rio de Janeiro: PUC, v.3, n.1, abr.
- INFORME PED: pesquisa de emprego e desemprego (1995). Porto Alegre: FEE, v.4, n.12, dez.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1995). São Paulo: SEADE/DIEESE, dez.
- TAVARES, Maria da Conceição (1996). Os mitos sobre o desemprego. **Folha de São Paulo**, cad.2, p.4, 11 fev.
- VERGARA, D., WILTGEN, R. (1996). Os diferenciais de salários entre o setor público e setor privado na RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.3, p.255-270, nov.
- XAVIER SOBRINHO (1995). Como a desindexação encontra o mercado de trabalho. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.2, p.69-90, ago.